

O SIGNO EM TRANSFORMAÇÃO NA TRADUÇÃO DE *OS SERTÕES*

Zelina Márcia Pereira Beato *

Aryadne Bezerra de Araújo **

Resumo: Ao considerar com rigor os dois principais argumentos de Saussure: a arbitrariedade do signo e o processo de significação inserido na lógica da língua como sistema de diferenças, Jacques Derrida compromete o projeto tradutório com a noção de tradução como processo de transformação e não como equivalência de significados. Articulamos aqui uma reflexão que envolve a leitura derridiana do conceito saussuriano de signo e o exame de duas traduções para o inglês d’*Os sertões* de Euclides da Cunha: *Rebellion in the backlands*, de Samuel Putnam, lançada em 1944, e *Backlands: the Canudos campaign*, tradução feita por Elizabeth Lowe e publicada em 2010. Na tentativa de entender o argumento de Derrida que sustenta a noção de tradução como processo criativo, o foco recai sobre os dois títulos d’*Os sertões* em inglês, títulos estes que se diferenciam mesmo se tratando de traduções do que chamamos de um mesmo signo.

Palavras-chave: Signo. Tradução. Transformação. *Os sertões*.

Abstract: Jacques Derrida’s reading of Saussure’s linguistic sign concept brings about commitment of translation project to the concept of this activity as a process which involves changes. That translation notion is fostered in Derrida’s critical reading of two among Saussure’s main arguments: sign arbitrariness and signification process in the logic of language as a system of differences. In this paper we present a discussion on this reading of Saussure’s linguistic sign as well as an analysis on two translations into English of Euclides da Cunha’s *Os sertões* rendered by two different translators: *Rebellion in the backlands*, by Samuel Putnam, launched in 1944, and the new rendering by Elizabeth Lowe launched in 2010, *Backlands: the Canudos campaign*. In order to make clear Derrida’s thought in which the notion of translation as creative process is reinforced, this essay carries out a reflection on both English titles that significantly differ from each other even though they present translations of what is seen as one sign.

Keywords: Sign. Translation. Transformation. Backlands.

Este artigo articula uma reflexão envolvendo a leitura derridiana do conceito saussuriano de signo e as traduções para o inglês d’*Os sertões* produzidas por dois tradutores, Samuel Putnam em 1944, com o título de *Rebellion in the backlands* e Elizabeth Lowe em 2010 que decidiu dar à sua versão o título de *Backlands: the Canudos campaign*. Esse

* Professora Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus-BA, coordenadora do PPG em Letras Linguagens e Representações. Doutora em Linguística Aplicada: Tradução pela UNICAMP. zell.beato@gmail.com.

** Mestranda em Letras: Tradução, Programa de Pós-Graduação Letras Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus-BA. Bolsista Capes. aryadne.araujo@gmail.com

confronto textual é uma tentativa de entender o argumento derridiano que sustenta a noção de tradução como processo de transformação.

O comprometimento do projeto tradutório como processo de transformação proposto por Derrida parte de sua leitura rigorosa dos dois principais argumentos de Saussure: a arbitrariedade do signo e o processo de significação inserido na lógica da língua como sistema de diferenças, isto é, fora da expectativa do significado como presença positiva. Para elaborar essa noção da tradução como processo criativo, as reflexões serão tecidas em torno daqueles dois títulos diferentes que a obra *Os sertões* de Euclides da Cunha recebeu nas suas versões para o inglês. No horizonte da proposta saussuriana de significação inserida numa rede de diferenças em que o valor do signo resulta de sua relação com os outros signos com os quais se relaciona, a percepção de que alguma transformação deve necessariamente ocorrer nessa passagem de um título a outro lança uma questão intrigante: que efeitos de sentido são convocados pelo significante *backlands* ao considerarmos que algo deve necessariamente mudar na medida de sua posição relativa, seja com o termo *rebellion*, seja com a expressão *Canudos campaign*?

O princípio de arbitrariedade do signo e a possibilidade de tradução

O modelo saussuriano de signo é marco fundamental para considerar qualquer possibilidade da tradução, na eventualidade mesma da separação entre suas partes constituintes, significado e significante, dois elementos intimamente unidos, duas faces de uma mesma folha; precaução saussuriana que, paradoxalmente, pode colocar em cheque a possibilidade mesma de sua separação. Ainda assim, pelo princípio da arbitrariedade do signo, o linguista genebrino explica a existência de diferentes línguas e, por consequência, a própria possibilidade de tradução entre elas. Tal princípio sinaliza a ausência de um vínculo significativo no interior do signo; um liame natural que ligue o significante ao significado, ou seja, não há razão alguma que explique a escolha por tal porção acústica para representar determinada ideia. Vale lembrar que essa escolha, apesar de arbitrária, não é feita livremente pelos indivíduos de determinada comunidade linguística, o que inviabilizaria qualquer tentativa de comunicação, mas fruto de uma convenção social cuja data de nascimento não se pode precisar. Como argumenta Saussure, a prova dessa arbitrariedade reside nas diferenças entre as línguas e na própria existência de línguas diferentes. Assim, como adianta o exemplo do Curso de Linguística Geral, não haveria vínculo interior algum que justificasse a

preferência pela sequência sonora *m-a-r* para representar a ideia de *mar*. É nessa arbitrariedade que está a possibilidade de esse mesmo conceito psíquico ser representado pela imagem acústica *s-e-a* da língua inglesa. A tradução residiria, portanto, na permuta entre diferentes significantes de várias línguas representando um mesmo significado que deles permaneceria como referente.

Ao considerar a possibilidade da tradução pela troca de significantes sem uma contrapartida de mesmo valor em relação ao significado, aquele princípio da arbitrariedade acaba por sustentar a ideia da pré-existência de conceitos prioritários ao significante cuja função mais nobre seria meramente sua representação. Assim, no momento exato da troca, quando se apaga um significante e se inscreve outro, o significado permaneceria o mesmo, anterior e soberano ao novo representante. Afirmar a possibilidade de conceitos preexistentes seria legitimar a noção de língua como expressão de ideias originadas no pensamento, noção mesma da qual Saussure tenta marcar seu afastamento quando nega a existência de ideias preestabelecidas, pois “nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 130).

A concepção de linguagem nessa tradição estruturalista não rompe com o modelo de representação nas entrelinhas do pensamento platônico, especificamente nas tentativas de delimitar o conceito de mimese como imitação das ideias transcendentais. A mimese em Platão funciona como uma imagem, isto é, uma semelhança que não reproduz todas as particularidades do objeto. O representado se apresenta ao mundo das formas, das ideias perfeitas e imutáveis para conhecimento verdadeiro. O mundo sensível, finito e sujeito a mudanças, o nosso mundo, tem acesso às ideias imutáveis através do movimento mimético, da representação por meio de uma imagem que falseia sua presença. Para o filósofo grego, a linguagem é mimese que produz imagens pelo discurso. Essas imagens tanto podem enganar, como o faz a linguagem poética, como podem representar fielmente as essências do mundo ideal. Mesmo que se queira admiti-lo como imagem fiel, qualquer discurso é imitação e, nesse sentido, não carrega em si o saber real, dele se aproxima sem, no entanto, tocá-lo.

Quando, nessa concepção de mimese, o nome é definido como uma imagem do objeto representado que com ele mantém não mais que uma relação de semelhança (CAIMI, 2002/2003), torna-se inegável que a ciência linguística recebeu sua herança da noção de linguagem e representação em Platão, principalmente quando retomamos o conceito de signo e a relação entre suas partes constituintes: significado e significante. O segundo como a imagem (acústica) do primeiro no mundo sensível, isto é, a mimese da face inteligível, a representação do conceito ou da ideia.

Nessa perspectiva, somos levados a considerar que qualquer discurso já supõe uma primeira tradução: a tradução em palavras de ideias presentes na inteligibilidade, na consciência, no *logos* ou, metaforicamente, no mundo imutável e perfeito das formas onde as ideias se guardam da contaminação do mundo sensível. Uma vez que toda tradução pressupõe um ponto de partida, o discurso – a própria língua em uso – e, conseqüentemente, a linguagem levariam a entender, de antemão, a existência de um significado anterior. Mesmo que Saussure negue a possibilidade de ideias pré-existentes à língua, a definição mesma de signo e o princípio da arbitrariedade que o rege apontam para uma concepção de linguagem que dialoga com a noção platônica de mimese, ou seja, relaciona-se com uma concepção que atribui à linguagem o papel de representar ideias, de se apresentar na forma de uma imagem (acústica) do significado que o traduz. O princípio de arbitrariedade reforça esse papel representativo da língua na medida em que justifica a existência de diferentes nomes em diferentes línguas para uma mesma ideia. O deslocamento desses nomes não produziria qualquer mudança na ideia que expressam.

É, portanto, a própria distinção que fundamenta o conceito de signo, a distinção entre seus dois elementos constituintes, que marca a sua herança logocêntrica, isto é, a herança de uma filosofia que tem como cerne a busca de um suposto conhecimento verdadeiro, de um sentido imutável que habita o *logos*, a razão. A dicotomia significado/significante, como lembra Derrida (2004), só pode ser conservada diante da distinção entre sensível e inteligível, essa distinção marcada na escrita filosófica de Platão. A linguística não foge de uma necessidade referencial a um significado originado antes da sua aparição na língua ou, nas palavras de Derrida (2004, p. 16), “referência a um significado que possa ‘ocorrer’, na sua inteligibilidade antes de sua ‘queda’, antes de toda expulsão para a exterioridade d’‘este mundo’ sensível”. Podemos ver em Derrida que a noção de signo linguístico não é, portanto, estranha a uma tradição logocêntrica, uma vez que

o *logos do ser*, “o Pensamento, dócil à Voz do Ser” é o primeiro e último recurso do signo, da diferença entre *signans* e o *signatum* [...]. é preciso um significado transcendental, para que a diferença entre significado e significante seja, em algum lugar, absoluta e irreduzível. (DERRIDA, 2004, p. 24, grifo do autor).

Sabemos que, no projeto saussuriano de fundar uma ciência da linguagem, a língua que se manifesta na voz recebe atenção privilegiada, enquanto a escrita é relegada à posição de desprestígio, à simples tarefa de “representar – imperfeitamente – os sons” (SAUSSURE,

2006, p. 47). O privilégio dado à fala revela o pertencimento a uma tradição fincada na época do *logos*, em termos derridianos, uma vez que não foi rompido o liame originário e essencial com a *phoné* cuja essência, nessa tradição, “estaria imediatamente próxima daquilo que, no ‘pensamento’ como *logos*, tem relação com o ‘sentido’, daquilo que o produz, que o recebe, que o diz, que o reúne” (DERRIDA, 2004, p.13).

A dicotomia hierárquica que se estabelece entre fala e escrita reafirma a primazia do significado em relação ao significante, uma vez que o privilégio da fala reside primeiramente na sua suposta proximidade com a consciência, onde se faz presente um significado transcendental necessário para que, retomando Derrida, a oposição entre significado e significante seja absoluta.

Esse fonocentrismo marcado na gênese da ciência linguística revela o seu pertencimento à tradição metafísica. Assim como o fez Saussure, Platão e Aristóteles já haviam condenado a escrita à posição de secundariedade. Para Platão, a escrita era um “órfão ou um bastardo, em oposição à fala, filha legítima e bem nascida do ‘pai *logos*’” (DERRIDA, 2001, p. 19.). Os sons emitidos pela voz, lembra Derrida (2004), eram definidos por Aristóteles como “símbolos dos estados da alma”. As palavras escritas por sua vez eram concebidas como “símbolos das palavras emitidas pela voz”, ou seja, símbolos dos primeiros símbolos, significantes dos primeiros significantes. Portanto, desde os primeiros rastros de um pensamento filosófico ocidental à era do *logos* que busca a fundação de uma ciência da linguagem, a escrita é relegada a função instrumental de traduzir uma fala plena e mais fiel ao sentido original.

Podemos entrever, em meio a essa noção fonocêntrica de linguagem, uma concepção de tradução como tarefa derivada e rebaixada. Como dito anteriormente, o significante em si já seria a tradução de um conceito. O significante fônico, emitido na e pela voz, como não é difícil supor de antemão a partir da sua definição como *imagem acústica*, é uma primeira imagem que se produz na voz, imagem que se fala e que se ouve. A língua escrita como segundo significante, isto é, como representação da fala, torna-se uma segunda tradução. Nesse sentido, o rebaixamento da escritura é também o rebaixamento da tradução. Esta, em seu sentido habitual de tradução entre línguas, estaria submetida a uma segunda queda: seria a tradução de um texto escrito que é em si a tradução de uma fala, a primeira tradução de um significado transcendental.

Entretanto, como aponta Derrida (2004), se a escrita é concebida como suplemento da fala, qualquer suplemento tem como tarefa suplementar uma suposta unidade já em falta. Assim sendo, essa unidade não é de modo algum plena em si na própria medida em que

demanda um suplemento. O que a escrita suplementa é a incapacidade da fala de permanecer presente, de não se apagar no tempo. De forma parecida, a tradução vem suplementar a incapacidade de um texto no original de ser lido e compreendido em outra língua. Portanto, é pertinente pensar a escrita e a tradução como sobrevidas. A primeira como sobrevida da língua manifestada na fala e a última, retomando um pensamento de Derrida (2002) em *Torres de Babel*, como sobrevida do texto de partida e da sua língua.

A concepção que rebaixa tanto a tradução como a escrita finca suas bases na definição linguística de signo e, conseqüentemente, na possibilidade de um significado imutável em sua essência e de uma imagem mutável na pele do significante. O princípio de arbitrariedade do signo permite não só justificar a diferença entre as línguas como também a possibilidade de tradução entre elas. A escolha arbitrária do significante não deve interferir na essência do significado, o que sustenta um modelo de tradução como troca de significantes. Definida em meio a essa oposição estanque entre significado e significante, em que o primeiro deve sobreviver e, de certo modo, transcender a simples troca de imagens acústicas, a tradução, por esse viés, vincula-se à descrição dessa atividade pelo ensaísta inglês, John Cunnison Catford (1980) em sua obra, *Uma teoria linguística da tradução*. O autor afirma que a “tradução é a substituição de material textual de uma língua por material textual equivalente em outra” (CATFORD, 1980, p. 22). Equivalente porque não altera o sentido original, apenas troca seu ornamento, seu material linguístico.

É possível perceber que na literatura sobre a tradução paira perene a questão da fidelidade apoiada em um ideal de níveis de equivalência entre as línguas, cujo alcance compreende uma das grandes dificuldades, ou melhor, a tarefa sempre impossível da tradução. A questão da fidelidade não se sustenta em outra coisa senão na concepção de tradução como repetição de um sentido supostamente guardado no texto original, em outras palavras, como transporte, de uma língua à outra, de algum sentido que não deve se perder pelo caminho. É pela troca de significantes que se dá tal transporte, como se esses fossem vestimentas trocáveis entre si para vestir o mesmo ser, o mesmo significado.

A significação na lógica da língua como sistema de diferenças e a impossibilidade de equivalência absoluta

O grande mistério no argumento de Saussure está na defesa que faz do funcionamento da significação na lógica da língua como sistema de diferenças. A preservação de um conceito

independente da sua imagem é colocada em cheque, na medida em que, para tanto, deveria possuir o caráter positivo do sentido. Desse modo, Saussure estaria confirmando a possibilidade de equivalência total entre as línguas. A palavra tomada isoladamente reafirma a relação entre os dois elementos do signo e tudo se passa entre os dois. Por outro lado, esse mesmo signo considerado dentro do sistema linguístico torna-se a contraparte dos outros signos da língua. Seu valor é resultado da mediação em presença dos outros signos, de sua (des)semelhança, isto é, das diferenças e semelhanças que há entre eles. Aqui, o que está em jogo não é o valor intrínseco dos signos, mas sim a sua posição relativa aos signos que o rodeiam. Falamos, pois das diferenças negativas entre eles. Uma vez que o valor intrínseco das palavras não encerra a significação, como lembra Saussure, vemos abalar-se a possibilidade das palavras de representarem conceitos preestabelecidos. Problematiza-se igualmente a possibilidade de correspondentes exatos em quaisquer outras línguas.

Ao afirmar que o signo tomado em sua totalidade, significante e significado, apresenta-se com seu valor positivo, Saussure fulmina seu próprio jogo da diferença, em que importam somente valores negativos, o valor de “ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2006, p. 136). No entanto, Derrida insiste no argumento de que o processo de significação não acontece fora dessa rede de diferenças e tomar o signo em sua totalidade, em seu valor positivo, intrínseco, encerraria, inevitavelmente, o processo de significação, desautorizando o movimento da linguagem em que o significado se apresenta desde o início como um significante que se liga a outro significante por uma relação de diferença. Nessa lógica, reafirma-se seu valor não como uma essência presente e fechada em si, mas como rastro de um significado ausente. Na zona específica deste rastro, como argumenta o teórico da Desconstrução, “as diferenças aparecem entre os elementos ou, melhor, produzem-nos, fazem-nos surgir como tais e constituem textos, cadeias e sistemas de rastros” (DERRIDA, 2004, p. 79). É nesse sentido que o filósofo antecipa: “não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem” (DERRIDA, 2004, p. 8).

Tal processo de significação que se dá na lógica da língua como uma rede de diferenças, problematiza a possibilidade de equivalência total entre as línguas e, portanto, a noção de tradução como equivalência de significados fundada na ilusão de um significado transcendental, de um conceito anterior à língua imposto por uma tradição metafísica a toda ciência semiológica. Segundo Derrida (2001, p. 26), o tema de um significado transcendental se constituiu “no horizonte de uma traduzibilidade absolutamente pura, transparente e unívoca”.

É inegável que na relação entre as línguas, entre sistemas de redes de diferenças, por meio da tentativa de se alcançar uma traduzibilidade absoluta, alguma coisa permanece não-traduzida, e algo novo acontece, corroborando a descrição derridiana do processo tradutório:

Nos limites em que ela é possível, [...], a tradução pratica a diferença entre o significado e o significante. Mas se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. Não se tratou, nem, na verdade, nunca se tratou de alguma espécie de ‘transporte’, de uma língua a outra, ou no interior de uma única e mesma língua, de significados puros que o instrumento – ou veículo – significante deixaria virgem e intacto (DERRIDA, 2001, P. 26).

A tarefa do tradutor não é, como se pode concluir dessa descrição, transportar significados previamente encapsulados nos significantes do texto que traduz e o processo tradutório não escapa de uma negociação ativa de sentidos a uma elaboração criativa da linguagem.

Como sinal da transformação que ocorre na tradução e da impossibilidade de abarcar toda a polissemia da palavra a ser traduzida, podemos resgatar de Derrida (2005) a dificuldade em traduzir economicamente a palavra *Posições*, título de um livro que reúne entrevistas ou trocas, como propõe o pensador, entre Derrida e Henry Rose, Julia Kristeva, Jean-Louis Houdebine e Guy Scarpeta. O livro *Posições* (2001) foi assim intitulado pela polissemia que se marca nessa palavra. A mobilidade desse signo em francês, como sugere Derrida (2005), passa pela posição sexual, a posição expressa em uma tese, posição ideológica etc. Todos esses sentidos não podem ser garantidos em certas línguas. Mesmo aquelas que utilizam essa mesma palavra – ou melhor, que dispõem de um termo que compartilha a mesma origem etimológica e o mesmo radical –, todos os sentidos dela em francês não permanecem intactos numa troca que se acredita ser equivalente. Situações como esta mostram a dificuldade de uma tradução econômica de uma língua à outra. Logo, como conclui o autor, o problema não é de uma intraduzibilidade absoluta, pois ela não existe, e sim a “impossibilidade de equivalência quantitativa, aritmética, econômica” (DERRIDA, 2005, p. 181).

Diante da impossibilidade de uma equivalência absoluta termo a termo para a qual sinaliza a estrutura do signo, a tradução encena uma certa intervenção no signo, nisso que chamamos de polissemia que marca os deslocamentos do significado no jogo de diferenças. Podemos afirmar, concordando com Ottoni (2005, p. 73) que “a questão da tradução é a questão da intervenção na língua” e, como acontecimento da linguagem humana, a tradução é

produto da perspectiva de um sujeito interpretante que, a todo o momento, faz escolhas na sua relação com as palavras, privilegiando “um ou outro sentido que em algum grau esvazia outras noções em reserva” (BEATO, 2009, p. 177).

Traduzindo o sertão: recriação e deslocamento

Nossa relação com as palavras é marcada por escolhas e estas, portanto, já são demandadas nas traduções no interior de uma só língua. Sendo assim, podemos pensar a obra-mestra de Euclides da Cunha como uma tradução em si, no interior do que se acredita ser uma só língua, uma tradução dos sertões brasileiros, dos sertanejos que lá habitavam, dos crimes cometidos pela campanha de Canudos, do “esmagamento inevitável”, nas palavras do autor, “das raças fracas pelas mais fortes” (CUNHA, 1952, p. 11). O livro constitui, como afirma o estudioso e tradutor da obra para o alemão, Berthold Zilly (1996, p. 334), “um passo decisivo na descoberta do interior do país, que até então mal se levava em consideração” (ZILLY, 1996, p. 334). Logo, não é difícil argumentar que Euclides assume um papel de tradutor quando se propõe a levar o sertão ao centro intelectual e “civilizado” do Brasil. A ideia de tradução se faz, assim, presente em *Os sertões*, na obra-mestra de Euclides que, citando Zilly, é “um viajante entre dois mundos, é mediador, explicador, intérprete, [...], barqueiro entre duas margens e também trasladador de mensagens entre duas linguagens e culturas” (ZILLY, 2000, p. 97).

Além da tradução inscrita já em si, *Os sertões*, como pontua Zilly (1997), pede para ser traduzido, demanda recriação em outros idiomas para que todo seu potencial rico de significados seja desdobrado – pelo menos no limite em que esse desdobramento é possível.

Podemos entrever nas palavras do tradutor alemão, quando diz que *Os sertões* demanda recriação em outros idiomas, uma concepção de tradução para além da noção tradicional de representação como cópia fiel. O termo recriação, ou melhor, o ato de recriar remete à ideia de criar novamente. Esse exercício de criação, primeiro no original e depois na tradução, em tese não impede o processo infinito da criatividade. As diversas traduções, nessa lógica, não neutralizam tal processo. Esse pensamento reverbera a concepção de tradução como transcrição, defendida por Haroldo de Campos e reforçada nas reflexões de Berthold Zilly (2000), especialmente em seu *O tradutor implícito. Considerações acerca da translingualidade em Os sertões*. No seu texto, esse tradutor e crítico literário, além de apontar para a existência de uma tradução implícita já no texto original de Euclides da Cunha,

defende a ideia de que o tradutor é também um crítico, mesmo implícito, da obra que traduz, na medida em que todo processo tradutório envolve análise e interpretação.

Atual professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Berthold Zilly está incumbido de realizar uma nova tradução de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. A primeira tradução alemã, por Curt Meyer-Clason, data de 1964. Em palestra sobre a tradução desse romance, proferida em 05 de abril de 2013 na Faculdade de Letras da USP, Zilly (2013) aponta como um aspecto negativo da tradução de Curt Meyer-Clason o seu método assimilador, aquele que pretende aproximar a obra ao leitor da língua de chegada, na tentativa de apagar a diferença da escrita original, aquilo que causa estranhamento aos olhos dos novos leitores.

Berthold Zilly defende a necessidade de um trabalho de recriação, em vez de assimilação, do estilo de Guimarães Rosa, uma vez que, mesmo para leitores brasileiros, a linguagem do escritor manifesta, de forma mais performativa, a resistência a uma interpretação e tradução completa. Zilly menciona a versão para o holandês de August Willemsen como aquela que mais tem lhe inspirado no seu árduo ofício de traduzir a linguagem roseana, pela sua qualidade no que diz respeito a efeitos criativos. Entretanto, ele pontua como falha a escolha do título holandês por não demonstrar a intertextualidade presente entre o romance roseano e *Os sertões* de Euclides da Cunha, que também foi traduzido por Willemsen¹. Para Zilly, o tradutor deveria ter mantido a dialogicidade entre as duas obras no título, assim como em português que traz, em ambos os títulos, o signo *sertão* – um no singular e outro no plural – além de uma bipartição entre título e subtítulo².

Podemos perceber, nesse argumento de Berthold Zilly, um entendimento da tradução como um processo que não se desenrola apenas no nível linguístico, visto que, retomando o pensamento saussuriano, o processo de significação não se encerra no signo em si. Logo, os sentidos não estão enclausurados e fechados nas palavras, mas são ocasionados e atualizados na relação dessas palavras com fatores externos que as cercam. Nessa mesma lógica, os diversos significados que podem surgir do título *Grande sertão: veredas* serão certamente influenciados pela existência de uma obra anterior que traz, já em seu título, o signo *sertão*. A dialogicidade entre os títulos deixa marcas na polissemia desse signo. Tal relação entre os

¹ Os títulos das traduções feitas por August Willemsen de *Grande sertão: veredas* e *Os sertões: campanha de Canudos* são, respectivamente: *Diepe wildernis: de wegen* e *De binnenlanden*, que em português podem ser traduzidos por “deserto profundo: caminhos” e “as terras do interior”.

² No caso d’*Os sertões*, grande parte das edições apresenta apenas o título na parte externa do livro, ou seja, na capa, enquanto o subtítulo aparece somente na contracapa.

dois sertões, o de Guimarães Rosa e o Euclides da Cunha, ficou esquecido no processo de recriação dos títulos em holandês.

Já nas versões para o inglês, essa dialogicidade se preserva. Nos títulos das duas traduções de *Os sertões – Rebellion in the backlands* (1944) e *Backlands: the Canudos campaign* (2010) – há o “mesmo” significante que representa a ideia de sertão na recriação em inglês do romance roseano, versão que foi intitulada: *The devil to pay in the backlands* (1963).

Nesse caso, parece não ocorrer deslocamento na intertextualidade entre as obras marcada nos títulos. Entretanto, não podemos dizer que mudanças não ocorreram já na tradução de *sertão* ou *sertões* por *backlands*, nisso que chamamos de troca de significantes, esse movimento que inevitavelmente provoca deslocamentos no processo de significação. Trataremos especificamente das traduções da obra de Euclides da Cunha.

D’Os sertões a Backlands: o signo em transformação

Nas traduções d’*Os sertões* para o inglês, uma produzida por Samuel Putnam e a mais recente por Elizabeth Lowe, há um trabalho de recriação e transformação de sentidos logo nos títulos dessas versões que, apesar de se tratarem de duas traduções de uma mesma obra para uma mesma língua, apresentam diferenças.

A tradução feita por Putnam em 1944 recebeu o título de *Rebellion in the backlands*. Nesse caso, já percebemos a elaboração criativa do tradutor pela intervenção que sua escolha faz no título do texto original: houve, sem dúvida, uma mudança na ênfase que antes incidia sobre a paisagem quase inabitável do sertão nordestino e seus escassos habitantes, ou sobre qualquer outro sentido que possa surgir das leituras do significante *sertões*. O elemento em destaque nessa primeira tradução aponta para o significante *rebellion*, enquanto que a palavra escolhida para traduzir *sertões*, *backlands*, aparece como um complemento a indicar o lugar onde se instalou a rebelião. Essa posição do significante *backlands* em relação aos outros elementos do sintagma indica a escolha eminente do tradutor por contemplar um dos sentidos envolvidos na palavra *sertões*: seu significado restringindo determinado espaço geográfico. As escolhas tradutórias privilegiam determinado campo semântico em detrimento de outros sentidos que poderiam, legitimamente, ser convocados no processo da tradução. A leitura da obra de Euclides permite-nos afirmar que seu título não está limitado à referência geográfica do sertão. Como prova, temos as duas primeiras partes do livro, *A terra e O homem*, que são

extensas descrições científicas e, ao mesmo tempo, poéticas do local e dos seus habitantes, e dão pistas do trabalho árduo de Euclides na tentativa de traduzir todos os sentidos que surgiram da sua leitura sobre aquela “terra ignota”, como diria o próprio autor.

Na introdução escrita por Ilan Stavans para compor a versão mais recente em inglês da obra-mestra de Euclides, há uma descrição de *sertões* como um termo que designa não somente o palco do “drama épico de Canudos”, mas também um personagem a quem é dedicada a primeira parte do livro, *A terra*, e é, como afirma Ilan Stavans, “retratada com entusiasmo como selvagem e abundante, traiçoeira e protetora, mortal e cheia de vida” (STAVANS, 2010, p. xviii, tradução nossa). Essa breve descrição revela uma tentativa de cercar e proteger todos os significados provocados pelo significante *sertões* que emergiram de sua leitura da obra euclidiana. Ao mesmo tempo, Stavans parece querer garantir que esses sentidos sejam recuperados pelos leitores na língua de chegada.

O fato de mencionar o título na introdução da retradução da obra pode indicar que Ilan Stavans vê a possibilidade de o título da versão de Putnam ser considerado um problema da sua tradução. A tradução mais recente para o inglês, intitulada *Backlands: the Canudos campaign*, considerando o nível puramente significante, apresenta um afastamento considerável em relação à versão de Putnam, na medida em que se aproxima mais do original no que diz respeito ao título. O foco no título de Putnam incide sobre o signo *rebellion*, atribuindo, assim, uma menor importância ao signo *backlands* em relação ao primeiro. Ao contrário do que acontece com a palavra que traduz *sertões* nessa versão, no título de Elizabeth Lowe ela aparece como o elemento principal, como a única palavra do título seguida de um subtítulo. Há, portanto, o deslocamento do foco que incidia sobre uma rebelião, uma revolta por parte dos sertanejos e passa a manifestar-se sobre uma campanha militar, um plano estruturado da civilização para atacar aqueles que eram vistos como bárbaros que habitavam aquela terra inóspita.

Para o leitor de *Os sertões* torna-se claro que a motivação para contar a história da guerra de Canudos parte da intenção de denunciar como crime a campanha militar engendrada pela república. Temos esse pensamento expresso no trecho que segue, destacado da nota preliminar escrita por Euclides da Cunha, bem como nas suas reescritas em inglês pelos tradutores:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.
E foi, na significação integral da palavra, um crime.
Denunciemo-lo (CUNHA, 1952, p. XII)

The campaign in question marked a backward step, an ebb in the direction of the past. It was in the integral sense of the word a crime and, as such, to be denounced (CUNHA, 1944, p. xxx, tradução de Samuel Putnam).

The campaign looked at here was a regression to the past.
And, in the most basic meaning of the word, it was a crime.
Let us therefore call it to account (CUNHA, 2010, p. 2, tradução de Elizabeth Lowe).

Como observamos, o que Euclides escreve e o que dizem as traduções reforçam o caráter criminoso daquela campanha, bem como o fato de ser esta a razão principal pela qual o livro foi concebido. Isso é reforçado na relação estabelecida entre a nota preliminar e o título original – levando em conta o subtítulo. Essa relação, como é visível, foi estabelecida também na tradução de Lowe, enquanto que Putnam, tomando uma liberdade mais autoral, transformou o título de tal forma que essa relação não mais se sustentou.

Retomando o argumento saussuriano considerado com rigor por Derrida sobre o processo de significação no interior de um sistema de diferenças, o que está em jogo é o valor negativo do signo, o valor de ser a partir da identificação do que não é em uma relação de diferença com outros signos que o cercam. Esse argumento é reforçado na diferença entre as duas traduções para o inglês do título original de *Os sertões: campanha de Canudos*. No título *Rebellion in the backlands*, podemos entrever que ao signo “*backlands*”, na sua relação com os outros signos que o cercam, se anuncia como um lugar, escassamente urbanizado e pouco habitado, onde se instalou uma rebelião entre os sertanejos. É possível aqui, marcar a diferença entre o *backlands* de Samuel Putnam e aquele que se apresenta no título da segunda tradução, *Backlands: The Canudos campaign*. A posição do signo *backlands* nessa recriação indica sua importância na obra e dá pistas de uma polissemia que transgride o significado de mero palco de uma rebelião, significado este que Putnam escolheu contemplar. Portanto, na relação entre o signo em questão e os signos que o cercam nos títulos analisados, observamos a transformação no processo de significação disso que chamamos de “mesmo” signo, numa “mesma” língua.

Questionamentos certamente podem surgir acerca da escolha dos tradutores de traduzir *sertões* por *backlands*. É certo que ao procurar a definição dessa palavra em diferentes dicionários não será possível identificá-la com todos os sentidos que possivelmente são convocados pelo signo *sertões*. Na verdade, nem podemos garantir que nossa compreensão dessa palavra abarque todos os seus sentidos, nem que esses seriam passíveis de enumeração. Dado que o funcionamento da sua significação não escapa ao jogo da diferença, que sua

identidade – nunca definitiva, plenamente presente ou imutável – surge a partir da compreensão daquilo que ele (o signo) não é, como garantir que a escolha tradutória faria isso em qualquer língua, supondo que a escolha já é em si uma tentativa de delimitar um sentido positivo?

Uma vez compreendido que o valor do signo não é positivo e sim negativo, ou seja, é o que outros ao seu redor não são, é mais fácil entender quando Berthold Zilly descreve a tradução como “a arte do impossível” (ZILLY, 2000, p. 88). Nesse sentido, a tradução se mostra como atividade impossível e, paradoxalmente, necessária. Impossível ao levarmos em consideração seu objetivo final de falar a mesma coisa com outras palavras, outros significantes. Necessária porque é, desde o mito de Babel, demandada para possibilitar a comunicação entre nações, culturas e línguas diferentes. A tradução acontece nessa economia entre a tentativa incessante de aproximar as línguas e a distância insuperável marcada entre elas. Por isso,

[...] toda tradução implica esse endividamento insolúvel e esse juramento de fidelidade para com um original dado - com todos os paradoxos de uma tal lei e de um tal compromisso, desse laço (*bond*) e desse contrato, desse compromisso, aliás impossível e dissimétrico, transferencial e contratransferencial, como um juramento destinado à traição e ao perjuro. (DERRIDA, 2000, p. 24, 25)

Na breve análise das traduções dos títulos de *Os sertões*, já percebemos esse caráter de dívida insolúvel ao qual toda tradução está destinada. É dívida insolúvel desde os primeiros passos, logo no título, de tentar deslocar o significante sem deslocar o significado, tentativa esta de fazer o impossível, uma vez que “a identidade a si do significado se esquia e se desloca incessantemente” (DERRIDA, 2004, p. 60). De alguma forma, portanto, houve um deslocamento de sentido nessas traduções, corroborando com a concepção de tradução não como repetição de significado pela mera troca de significantes supostamente equivalentes, mas sim como uma atividade que, se envolve escolhas, inevitavelmente compreende transformações.

Referências

BEATO, Zelina. ... no começo, a palavra. In: PIETROLUONGO, Márcia Atália (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2009. p. 175 – 179.

CAIMI, Claudia. A natureza flutuante da mimese em Platão. **Clássica**, São Paulo, v. 15/ 16, n. 15/ 16, p. 99-115, 2002/ 2003.

CATFORD, John Cunnison. **Uma teoria linguística da tradução**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

CUNHA, Euclides da. **Rebellion in the backlands**. Tradução de Samuel Putnam. Chicago: The University of Chicago Press. 1944.

_____. **Os sertões**: Campanha de Canudos. 22ª edição. Rio de Janeiro: editora Paulo de Azevedo. 1952.

_____. **Backlands**: the Canudos campaign. Tradução Elizabeth Lowe. Nova York: Penguin Classics. 2010.

DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “relevante”? Tradução Olivia Niemeyer Santos. **Alfa**, São Paulo, v. 44, n.esp., 2000. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4277>> Acesso em 10 fev. 2015.

_____. **Posições**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Torres de Babel**. Tradução Júnia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Fidelidade a mais de um: merecer herdar onde a genealogia falta. In: OTTONI, Paulo. **Tradução manifesta**: Double bind e acontecimento. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 165-198.

OTTONI, Paulo. A tradução é desde sempre resistência: reflexões sobre teoria e história da tradução. In: _____. **Tradução manifesta**: Double bind e acontecimento. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 71-81.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução Antônio Chelini et al. 17 ed., São Paulo: Cultrix, 1993.

STAVANS, Ilan. Introduction. In: CUNHA, Euclides da. **Backlands: the Canudos campaign**. Tradução Elizabeth Lowe. Nova York: Penguin classics, 2010. p. vii-xxiii.

ZILLY, Berthold. Euclides da Cunha na Alemanha. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 329-350, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141996000100027&script=sci_arttext Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. Um depoimento brasileiro para a História Universal– Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 5-15 out. 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/zilly9.htm> Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. O tradutor implícito. Considerações acerca da translingualidade de Os Sertões, **Revista USP**, São Paulo, n.45, p. 85-105, mar/maio 2000.

_____. **Grande sertão veredas em Alemão** - Palestra de Berthold Zilly. São Paulo: Faculdade de Letras - FFLCH - USP, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wr7im4vl-AU> Acesso em: 3 abr. 2015.

Artigo recebido em: 27.04.2015

Artigo aceito em: 29.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015